

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

TERMO DE CONVÊNIO Nº 127/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SUZANO E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO, VISANDO O FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRESTADOS AOS USUÁRIOS DO SUS NA REGIÃO, ATRAVÉS DO PROGRAMA PRÓ SANTA CASA II, COM O APORTE DE RECURSOS FINANCEIROS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, NA FORMA QUE ESPECÍFICA, CONFORME DECIDIDO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.889/2017, DE 02 DE AGOSTO DE 2017 (SMS).

Pelo presente instrumento o Município de Suzano, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.523.056/0001-21, com sede na Rua Baruel, nº 501, Centro, em Suzano, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **RODRIGO KENJI DE SOUZA ASHIUCHI**, doravante simplesmente denominado **MUNICÍPIO** e a **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO** pessoa jurídica de direito privado, natureza filantrópica, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.261.998/0001-19, com sede na Avenida Antônio Marques Figueira, nº 1.861, Vila Figueira, em Suzano, Estado de São Paulo, com seus estatutos sociais devidamente arquivados sob nº 46.052, 28/12/2006, no cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Interventor **ROSVALDO CID CURY**, brasileiro, viúvo, médico, portador do RG nº 5.268.491/SSP/SP, CPF nº 386.862.108-30, residente e domiciliado na Rua Portugal Freixo, nº 222, Centro, em Suzano, Estado de São Paulo, doravante denominado **INSTITUIÇÃO**, tem entre si, justo e acordado, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente convênio tem por objetivo, mediante conjugação de esforços dos convenientes, promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com CUSTEIO (material de consumo e prestação de serviços - Pró Santa Casa II) na (Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Suzano - sob Intervenção Municipal) conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pela INSTITUIÇÃO e parecer técnico favorável do órgão competente e ratificado pelo Titular da Secretaria, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

2.1. São atribuições do MUNICÍPIO:

I - acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, com a indicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

do gestor municipal de Saúde, qual seja, Dr. Luis Claudio Rocha Guillaumon, RG: 26.840.477-X e CPF: 269.157.058-48, Secretário Municipal de Saúde.

II - repassar os recursos financeiros previstos para a execução do objeto do convênio, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;

III - emitir relatório técnico de monitoramento de avaliação do convênio;

IV - analisar os relatórios financeiros e de resultados;

V - analisar as prestações de contas encaminhadas pela INSTITUIÇÃO de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ATRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO

3.1. São atribuições da INSTITUIÇÃO:

I - manter as condições técnicas necessárias ao bom atendimento dos usuários do SUS/SP com zelo pela qualidade das ações e serviços oferecidos, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

II - assumir a responsabilidade, em conjunto com municípios vizinhos, pela efetivação de um sistema de referência e contra referência que assegure, à população envolvida, o acesso a todos os graus de complexidade da assistência neles disponíveis;

III - alimentar, regularmente, os bancos de dados dos sistemas de informação de interesse do Sistema Único de Saúde - SUS;

IV - Utilizar os recursos financeiros objeto desse convênio, tão somente dentro da sua finalidade;

V - assegurar as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto do convênio com o fim de permitir e facilitar o acesso de agentes relacionados à fiscalização a todos os documentos relativos à execução do objeto do convênio, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;

VI - apresentar prestações de contas parciais e final, nos termos da Cláusula Sexta deste instrumento com relatórios de execução do objeto e de execução financeira de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis contendo:

a. comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;

b. demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência; e

c. comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

VII - responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da INSTITUIÇÃO em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do convênio ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

VIII - manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto do convênio;

IX - utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados ao convênio em conformidade com o objeto pactuado;

X - responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto do convênio, pelo que responderá diretamente perante o ESTADO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

XI - comunicar de imediato à SECRETARIA a ocorrência de qualquer fato relevante à execução do presente convênio;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

XII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas de sua responsabilidade, resultantes da execução do objeto deste convênio, bem assim por eventuais danos ou prejuízos causados a terceiros, isentando a SECRETARIA de qualquer responsabilidade;

XIII - dispor, sempre que necessário, de médico responsável para autorização das emissões de AIH, de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alto Custo-APAC, que não seja credenciado pelo sistema e não tenha vínculo com prestador conveniado ou contratado;

XIV - dispor de condições técnicas e materiais para planejar, acompanhar, controlar e avaliar os serviços;

XV - manter sistema de controle e avaliação;

XVI - cumprir as demais exigências da Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

XVII - cumprir as determinações emanadas do Ministério da Saúde, órgão gestor federal do SUS/SP;

XVIII - colocar à disposição do MUNICÍPIO a documentação referente a aplicação dos recursos, permitindo ampla fiscalização;

XIX - prestar contas dos recursos repassados, de acordo com a Cláusula Quinta deste Convênio.

XX - ficam vedadas as seguintes práticas por parte da INSTITUIÇÃO:

- a. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos repassados pelo MUNICÍPIO para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- b. realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- c. efetuar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A INSTITUIÇÃO deverá fornecer campo de estágio às Escolas Técnicas (ETEC) e Faculdades Técnicas (FATEC), para as carreiras relacionadas à área da saúde, devendo fornecer relatórios periódicos ao Departamento Regional de Saúde - DRS, referente ao atendimento desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os Municípios que não preencherem os requisitos estabelecidos nos incisos XVII, XVIII e XIX desta Cláusula terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da assinatura deste Convênio, para regularizá-los, sob pena de rescisão do ajuste e obrigatoriedade de devolução dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUARTA: DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Para execução deste Convênio serão destinados recursos financeiros, no montante total de **R\$ 7.425.000,00 (sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais)**, sendo 70% (setenta por cento) do ESTADO no valor de **R\$ 5.197.500,00 (cinco milhões, cento e noventa e sete mil e quinhentos reais)** e 30% do MUNICÍPIO no valor de **R\$ 2.227.500,00 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil e quinhentos reais)**. Os repasses serão realizados em 33 parcelas mensais de **R\$ 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil reais)**, onerando a seguinte dotação orçamentária: **09.90.00.33.90.39.00.10.302.1602.6101 (fonte 01 e 02)**

4.1.1. Para aplicação dos recursos com serviços médicos/hospitalares e locação de equipamentos será repassado à INSTITUIÇÃO o valor mensal de **R\$ 202.100,00 (duzentos e dois mil e cem reais)**.

4.1.2. Para aquisição de materiais de consumo/insumos e medicamentos será repassado à INSTITUIÇÃO o valor mensal de **R\$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para as mesmas no orçamento da Secretaria Municipal da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

PARÁGRAFO SEGUNDO - As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos previstos nos incisos I, II e III do parágrafo 3º do artigo 116 da lei federal nº 8.666/93, casos em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes;

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedada aplicação dos recursos com despesas de taxas administrativas, tarifas, juros moratórios e multas, pagamento de dívidas anteriormente contraídas de recursos humanos ativos ou inativos, e de consultoria.

PARÁGRAFO QUARTO - Os recursos recebidos por este instrumento deverão ser aplicados no mercado financeiro, enquanto não forem empregados em sua finalidade, sendo que as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio, e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação dos recursos financeiros destinados à execução deste convênio, os partícipes deverão observar o quanto segue:

I - no período correspondente ao intervalo entre a transferência dos recursos e a sua efetiva utilização, os valores correspondentes deverão ser aplicados, por intermédio do Banco do Brasil S/A ou outra INSTITUIÇÃO financeira que venha a funcionar como Agente Financeiro do Tesouro do Estado, em caderneta de poupança, se o seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a sua utilização verificar-se em prazos inferiores a um mês;

II - quando da prestação de contas tratada na cláusula sexta, deverão ser anexados os extratos bancários contendo o movimento diário (histórico) da conta, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pela INSTITUIÇÃO financeira indicada;

III - o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará a INSTITUIÇÃO à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse até a data do efetivo depósito;

IV - as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas para a execução do objeto do Convênio serão emitidas em nome da INSTITUIÇÃO, conforme o caso, devendo mencionar Convênio SBS nº 062/2017.

CLÁUSULA QUINTA: DO CONTROLE, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

5.1. A execução do presente convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste convênio, devendo para tanto:

I - avaliar e homologar trimestralmente o desempenho do MUNICÍPIO conveniado e os resultados alcançados na execução do objeto do convênio, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;

II - elaborar relatório semestral de acompanhamento das metas;

III - monitorar o uso dos recursos financeiros mediante análise dos relatórios apresentados pelo MUNICÍPIO conveniado;

IV - analisar a vinculação dos gastos ao objeto do convênio celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

V - solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas no local de realização do objeto do convênio com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

VI - emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a nota do convênio, avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões.

CLÁUSULA SEXTA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A prestação de contas dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO deverá ser apresentada pela INSTITUIÇÃO, de acordo com as normas e instruções técnicas expedidas e nos formulários padronizados pelos órgãos da SECRETARIA e pelo Tribunal de Contas do Estado e deverá ser instruída com os seguintes instrumentos:

I - quadro demonstrativo discriminando a receita e a despesa;

II - relação dos pagamentos efetuados;

III - relação de bens adquiridos;

IV - conciliação de saldo bancário;

V - cópia do extrato bancário da conta específica;

VI - plano de atendimento e relatório de atendimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prestação de contas dos recursos repassados à INSTITUIÇÃO será efetuada por meio da apresentação de prestações de contas parciais e final.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As prestações de contas parciais deverão ser apresentadas trimestralmente ao MUNICÍPIO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trimestre, acompanhado de:

I - relatório consolidado das atividades desenvolvidas no período, em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho;

II - relação dos pagamentos efetuados com os recursos financeiros liberados pelo MUNICÍPIO, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prestação de contas a que se refere o § 2º desta cláusula será encaminhada pela INSTITUIÇÃO ao MUNICÍPIO, e sua aprovação constituirá requisito necessário para a transferência das parcelas subsequentes.

PARÁGRAFO QUARTO - O setor competente do MUNICÍPIO elaborará relatório de cada período trimestral alusivo às atividades realizadas pela INSTITUIÇÃO, contendo avaliação conclusiva acerca da aplicação dos recursos financeiros destinados à execução do objeto do presente ajuste.

PARÁGRAFO QUINTO - O MUNICÍPIO informará à INSTITUIÇÃO eventuais irregularidades encontradas na prestação de contas, as quais deverão ser sanadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento desta comunicação.

PARÁGRAFO SEXTO - A prestação de contas final deverá ser apresentada ao MUNICÍPIO em até 30 (trinta) dias do término da vigência do convênio e de cada uma de suas eventuais prorrogações, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, observadas, ainda, as normas complementares editadas pela Secretaria Estadual de Saúde.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os recursos utilizados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres Públicos, corrigidos monetariamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

PARÁGRAFO OITAVO - Os recursos utilizados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres Públicos, corrigidos monetariamente.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO GESTOR DO CONVÊNIO

7.1. O gestor fará a interlocução técnica com a INSTITUIÇÃO, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do convênio, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o ESTADO informado sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do convênio;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do convênio e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

IV - comunicar ao administrador público a inexecução por culpa exclusiva da INSTITUIÇÃO;

V - acompanhar as atividades desenvolvidas e monitorar a execução do objeto do convênio nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;

VI - realizar atividades de monitoramento, devendo estabelecer práticas de acompanhamento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agenda de reuniões e encontros com os dirigentes da INSTITUIÇÃO, para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho;

VII - realizar a conferência e a checagem do cumprimento das metas e suas respectivas fontes comprobatórias, bem como acompanhar e avaliar a adequada implementação da política pública, verificando a coerência e veracidade das informações apresentadas nos relatórios gerenciais;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica designado como gestor o Secretário Municipal de Saúde Dr. Luis Claudio Rocha Guillaumon, RG: 26.840.477-X e CPF: 269.157.058-48.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O gestor do convênio poderá ser alterado a qualquer tempo, por meio de simples apostilamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de ausência temporária do gestor deverá ser indicado substituto que assumirá a gestão até o retorno daquele.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES DO CONVÊNIO

8.1. O presente Convênio poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no parágrafo único da Cláusula Primeira.

CLÁUSULA NONA: DA VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência deste do presente Convênio encerrar-se-á em **30/05/2020**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A vigência do presente Convênio nos exercícios financeiros subsequentes ao de sua assinatura estará condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Estado e/ou do Município.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Durante a vigência deste convênio a Administração poderá exigir a documentação que reputar necessária.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

10.1. Este Convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele pactuadas, por infração legal, ou pela superveniência de norma legal, ou ainda denunciado por ato unilateral, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, respeitada a obrigatoriedade de prestar contas dos recursos já recebidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando da denúncia ou rescisão do Convênio, os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

11.1. Quando da conclusão, denúncia ou rescisão do presente convênio, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos recebidos do MUNICÍPIO, fica a entidade obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da finalização do presente convênio, sob pena de imediata instauração da tomada de contas especial do responsável, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos da remuneração da caderneta de poupança, computada desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, devendo encaminhar a guia respectiva ao MUNICÍPIO, sem prejuízo das demais responsabilidades, inclusive financeiras, a cargo dos partícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO - A não restituição e inobservância do disposto no caput desta cláusula ensejará a imediata instauração da tomada de contas especial do responsável, sem prejuízo da inscrição da entidade no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS DOCUMENTOS

12.1. Todos os documentos que instruem o Processo Administrativo nº 15.889/2017, de 02 de agosto de 2017, do MUNICÍPIO, por onde se processou este Convênio, passam a fazer patê integrante do presente Convênio, independentemente de traslados ou transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

13.1. O presente instrumento deverá ser publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado - DOE, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

14.1. O Foro para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Convênio é o do Município de Suzano, Estado de São Paulo, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelos convenientes.

E, assim, por estarem, as partes, justas e acordadas, firmam o presente convênio, assinado em 04 (quatro) vias pelos representantes dos respectivos convenientes, na presença de 02 (duas) testemunhas, para publicação e execução.

Suzano, 20 de setembro de 2017.



TESTEMUNHAS:

1. *Gisele Campos de Oliveira*
Gisele Campos de Oliveira
RG: 27.784.450-2-SSP/SP

2. *Thábita de Oliveira Lameiras*
Thábita de Oliveira Lameiras
RG: 40.909.081-5-SSP/SP